CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE: 1721/81 (DRESO 3487/80)
INTERESSADO : EQUIPE TÉCNICA DO ENSINO SUPLETIVO - CEE
ASSUNTO : CONSULTA SOBRE APROVAÇÃO DE PLANOS E REGI-
MENOS DE CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL QUE FUNCIONAM EM ESCOLAS ESTADUAIS.
RELATORA : CONSª MARIA APARECIDA TAMASO GARCIA
PARECER CEE : 329 /82 - CESG - APROVADO EM 10/03/82.

1. HISTÓRICO

A Equipe Técnica do Ensino Supletivo deste Conselho consulta a Câmara do Ensino do Segundo Grau sobre a orientação a ser dada aos processos referentes à aprovação de Planos de Cursos de Ensino Supletivo (Qualificação Profissional) mantidos pela Secretaria de Estado da Educação em escolas da rede estadual.

A relação dos processos consta nas fls. 121 e 122.

A consulta diz respeito ao seguinte:

- Escolas Estaduais estão encaminhando a este Conselho, individualmente, seus Planos de Curso e Regimentos Escolares, referentes a cursos de Qualificação Profissional I, II e III, previstos no art. 13 da Del. CEE 14/73, à aprovação deste Conselho, com apoio no art. 25 da mesma Deliberação.

A Deliberação CEE 18/78 não revogou esse artigo, pois trata apenas de normas para autorização de funcionamento e reconhecimento de escolas e cursos municipais e particulares.

2. A P R E C I A Ç Ã O E C O N C L U S Ã O

Procede a consulta, tendo em vista que o encaminhamento do protocolado CEE nº 1721/81 (DRE-SO 3487/80), que tomamos como exemplo, teve sua tramitação na área da Secretaria de Estado da Educação, nos termos da Del. CEE 18/78 e da Portaria COGSP-CEI-CENP, que orienta a instrução dos pedidos de autorização de funcionamento de escolas e cursos municipais e particulares, nos termos da mesma Deliberação.

A Del. 18/78 não se aplica às escolas oficiais de 1º e 2º graus mantidas pela Secretaria de Estado de Educação nem por órgãos do poder público estadual ou a escolas mantidas por convênios, nos quais a Secretaria de Estado da Educação é parte; tanto assim que este CEE, para reconhecimento das escolas assim caracterizadas, baixou uma Deliberação específica, a de nº 19/79.

PROCESSO CEE: 1721/81

PARECER CEE: 329 /82

fls.02

Com relação ao funcionamento dessas escolas, compete ao Conselho Estadual, nos termos do inciso VII do art. 2º da Lei nº 10.403/71: "fixar normas para sua instalação e funcionamento, bem como aprovar os seus respectivos regimentos e suas alterações".

Acontece que com a caducidade das Resol. CEE 08/63 e 9/63 que estabeleciam normas para funcionamento dessas escolas, nos termos da Lei 4.024/61, ocorrida com a vigência da Lei 5.692/71, passou a existir um vazio de legislação nesse sentido.

Com relação à aprovação de Regimentos das escolas estaduais, o art. 3º da Del. 33/72 determina seu encaminhamento ao Conselho para fins de aprovação inicial e de suas alterações.

Com relação especificamente ao ensino supletivo, o art. 4º dessa mesma Deliberação dispunha que os regimentos desses cursos, independentemente da entidade mantenedora, fossem aprovados por este Conselho. Este artigo foi revogado pela Del. CEE nº 14/73, que manteve entretanto:

a) no seu artigo 23, a competência para aprovação dos Planos de Curso (figura não existente na legislação até esta data) qualquer que fosse a entidade mantenedora;

b) no seu artigo 25, a competência para os Planos de Cursos e Regimentos de Cursos Supletivos, mantidos por instituições oficiais ou criadas por leis específicas.

Ainda é preciso lembrar que a Del. 18/78 estendeu a exigência do Plano de Curso, destinada ao ensino supletivo, às demais modalidades de ensino: regular de 1º e 2º graus, de educação infantil e de educação especial.

Já que essas normas, como já vimos, não atingem as escolas estaduais, este Conselho não tem aprovado os Planos de Curso dessas outras modalidades. É natural, pois, que a Assistência Técnica estranhe o encaminhamento para aprovação dos Planos de Cursos de Ensino Supletivo de escolas estaduais.

No mérito, seria conveniente este encaminhamento? Cremos que não: os Planos de Curso são instrumentos essencialmente de ordem didático-pedagógica, contendo os currículos, calendário escolar, plano de estágios supervisionados, equipamentos, material didático, etc., todos elementos que, numa estrutura extremamente complexa como a da Secretaria de Estado da Educação, poderão ser analisados de forma mais adequada pela própria Secretaria, que para tanto dispõe de órgãos técnicos especializados.

Além disso, o Regimento Escolar, documento que dispõe sobre a

organização administrativa, didática e disciplinar de cada estabelecimento, no caso das escolas estaduais é obrigatoriamente examinado por este Conselho, o que nos parece suficiente.

Por outro lado, estranhamos o encaminhamento que está sendo feito pela Secretaria do Estado da Educação de Regimento da EEPSP "Fernando Prestes" (é um exemplo) com o subtítulo "Cursos Supletivos"- Qualificação Profissional". Do seu ~~exame~~ geral ficamos sem saber se esses cursos se integram na estrutura geral da escola ou se constituem estrutura paralela, pois o "adendo" repete todos os títulos do Regimento Com das Escolas Estaduais.

Como os cursos supletivos da Secretaria de Estado da Educação não figuram nos Decretos que definirem a estrutura da rede estadual de ensino, nem seus quadros de pessoal e especialistas estão definidos no Estatuto do Magistério e legislação complementar sobre o assunto, acreditamos que a administração do Estado se verá a braços com problemas de difícil solução caso não se "institucionalize" adequadamente esse tipo de ensino na sua área.

Nossas preocupações são também no sentido de que normas regimentais gerais deveriam ser propostas pela Secretaria de Estado da Educação para todos os cursos supletivos em funcionamento nas escolas da rede estadual, antes do ~~exame~~ individual do processo de cada escola. Essas normas deveriam incluir também os cursos de suplência de 1º grau existentes em grande número de escolas estaduais, sem Regimento aprovado por este Conselho.

Nesta linha geral de considerações, submetemos ao exame deste Conselho as seguintes providências:

1. alteração do art. 25 da Del. CEE nº 14/73 no sentido de que os Planos de Curso de cursos supletivos das escolas - mantidas pelo poder público estadual sejam excluídos da apreciação por este Colegiado, para o que propomos o anexo Projeto de Deliberação;
2. devolução dos Regimentos Escolares referentes a Cursos Supletivos à Secretaria de Estado da Educação para que, a seu critério:
 - elabore normas regimentais comuns, inseridas ou não no Regimento Com das Escolas Estaduais de 1º Grau, de 2º Grau ou de 1º e 2º Graus, já aprovada por este Conselho ou
 - refaça a estrutura dos documentos inseridos nos Processos ora em exame, de forma a transformá-los em verdadei-

ros adendos regimentais, evitando a configuração de estrutura paralela, incompatível com o real funcionamento das escolas.

CESG, em 15 de fevereiro de 1982.

A) CONSª MARIA APARECIDA TAVASO GARCIA
RELATORA

4. D E C I S Ã O D A C Â M A R A

A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU adota como seu Parecer o VOTO da Relatora.

Presentes os nobres Conselheiros: Casimiro Ayres Cardozo, José Maria Sestílio Mattei, Pe. Lionel Corbeil, Maria Aparecida Tavasos Garcia, Maria de Lourdes Mariotto Haidar, Renato Alberto T. Di Dio e Roberto Ribeiro Bazilli.

Sala das Sessões, em 17 de fevereiro de 1982.

a) CONSª MARIA DE LOURDES MARIOTTO HAIDAR
PRESIDENTE

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 10 de março de 1982

a) CONSº MOACYR EXPEDITO M. VAZ GUIMARÃES
PRESIDENTE

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

DELIBERAÇÃO CEE Nº 09/82

Altera o artigo 25 da Del.
CEE nº 14/73.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, considerando o disposto no inciso VII da Lei 10.403/71 e no uso de suas atribuições legais,

D E L I B E R A:

Artigo 1º - O artigo 25 do Deliberação CEE nº 14/73 passa a ter o seguinte parágrafo único:

"Os Planos de Cursos dos Cursos Supletivos mantidos pela Secretaria de Estado da Educação serão aprovados pelo órgão competente da mesma Secretaria".

Artigo 2º - Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua homologação.

DELIBERAÇÃO DO PLÊNARIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a presente Deliberação.

Sala "Carlos Pasquale", em 10 de março de 1982

a) Consº MOACYR EXPEDITO M. VAZ GUIMARÃES
Presidente